

# **Demonstrações Financeiras**

**REFINADORA CATARINENSE S.A.**

*Exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
com relatório dos auditores independentes*

## **REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2024

### **ÍNDICE**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeira auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração de resultados abrangentes	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas e administradores da  
**Refinadora Catarinense S.A.**  
Florianópolis – SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Refinadora Catarinense S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para a opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

Como mencionado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia registra como receita operacional a atualização monetária de precatórios a receber da União Federal originários de discussão judicial relativas a créditos tributários. Em função de sua natureza, a atualização monetária deveria ser reconhecida na demonstração de resultados no grupo de resultado financeiro. Assim, em 31 de dezembro de 2024 as receitas operacionais da Companhia estão demonstradas a maior e as receitas financeiras a menor em R\$34.942 mil (R\$21.386 mil em 2023), respectivamente.

Como mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia registra as propriedades para investimentos a valor justo, entretanto a Companhia não atualizou o efeito do valor justo no exercício de 2024. Desta forma, a prática adotada não está em conformidade com o CPC 28 – Propriedade para Investimentos. A ausência desta avaliação constitui-se em uma limitação no escopo dos nossos trabalhos a fim de determinar quanto a exatidão do saldo divulgado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 18 de março de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP-03.22.67/O-1



**Aderbal Alfonso Hoppe**  
Contador CRC 1SC020036/0-8 T-SP

**REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	4	20.605	1.525
Bens destinados a venda		23	23
Partes relacionadas	5	2.926	2.665
Tributos a recuperar		766	751
Créditos de IPI	6	-	287.507
Outros ativos		1.146	975
<b>Total ativo circulante</b>		<b>25.466</b>	<b>293.446</b>
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	5	1.614	2.442
Propriedade para investimento	7	12.972	12.972
Depósitos judiciais		33	97
Outros créditos		217	245
Tributos a recuperar		13.170	2.769
Investimentos	8	3.745	3.846
Imobilizado		24	33
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>31.775</b>	<b>22.404</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>57.241</b>	<b>315.850</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		9	13
Obrigações sociais e trabalhistas		144	78
Dividendos a pagar		2.420	114.964
Outras contas a pagar		1.301	705
<b>Total passivo circulante</b>		<b>3.873</b>	<b>115.760</b>
<b>Não circulante</b>			
Débitos com terceiros	9	11.179	11.179
Outras contas a pagar		630	684
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>11.809</b>	<b>11.863</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	10	2.016	22.016
Reserva de capital		30.385	30.385
Reservas de lucros		9.158	135.826
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>41.559</b>	<b>188.227</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>57.241</b>	<b>315.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita líquida	12	<b>35.822</b>	22.165
<b>Lucro bruto</b>		<b>35.822</b>	22.165
Despesas gerais e administrativas	13	<b>(13.263)</b>	(3.622)
Resultado de equivalência patrimonial	8	<b>(120)</b>	(146)
Outras receitas e despesas operacionais	14	<b>(205)</b>	(130)
<b>Resultado operacional</b>		<b>22.234</b>	18.267
Receitas financeiras	15	<b>2.937</b>	727
Despesas financeiras	15	<b>(119)</b>	(137)
		<b>2.818</b>	590
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>25.052</b>	18.856
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	<b>(298)</b>	-
<b>Resultado do exercício</b>		<b>24.755</b>	18.856
<b>Resultado por ação</b>	11	<b>102,51</b>	73,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	24.755	18.856
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>	<b><u>24.755</u></b>	<b><u>18.856</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Refinadora Catarinense S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros						Lucros e prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Transação de capital	Reserva legal	Reserva para contingências	Lucros a realizar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 – não auditado</b>	22.016	33.946	(2.535)	4.403	3.134	114.146	-	175.110
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	18.856	-	18.856
Transação com acionistas	-	-	(1.026)	-	-	-	-	(1.026)
Proposta de destinação de resultados:								
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(4.714)	-	(4.714)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	22.016	33.946	(3.561)	4.403	3.134	128.288	-	188.226
Redução de capital	<b>(20.000)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>(20.000)</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	<b>24.755</b>	<b>24.755</b>
Constituição de reserva de lucros a realizar – nota 10 (d)	-	-	-	-	-	<b>4.755</b>	<b>(4.755)</b>	-
Reversão da reserva de lucros a realizar - nota 10 (d)	-	-	-	-	-	<b>(127.504)</b>	<b>127.504</b>	-
Reversão de reserva para contingência – nota 10 (c)	-	-	-	-	<b>(3.134)</b>	-	<b>3.134</b>	-
Complemento de dividendos referente 2023 – nota 10 (f)	-	-	-	-	-	<b>(784)</b>	-	<b>(784)</b>
Proposta de destinação de resultados:								
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	<b>(39.044)</b>	<b>(39.044)</b>
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	<b>(111.595)</b>	<b>(111.595)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.016</b>	<b>33.946</b>	<b>(3.561)</b>	<b>4.403</b>	-	<b>4.755</b>	-	<b>41.559</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Refinadora Catarinense S.A.**

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Das operações</b>			
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		25.052	18.856
Ajustado por:			
Depreciações		9	9
Equivalência patrimonial	8	120	(1.593)
Atualização sobre o crédito de IPI	6	(34.942)	(21.386)
Variação nos saldos de ativos e passivos			
Redução/(aumento) dos outros ativos circulantes		(142)	14
Redução/(aumento) de impostos a recuperar		(744)	370
Redução/(aumento) de depósitos judiciais		64	-
Redução/(aumento) de crédito de IPI	6	312.776	-
Aumento/(redução) de fornecedores		(5)	(3)
Aumento/(redução) de obrigações sociais e tributárias		(231)	12
Aumento/(redução) de outros passivos		542	118
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>302.499</b>	<b>(3.603)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		567	3.513
Integralização de capital em controladas		(19)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>		<b>548</b>	<b>3.513</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de dividendos	10 (f)	(263.967)	-
Transação com acionistas		-	(1.026)
Redução de capital	10 (a)	(20.000)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(283.967)</b>	<b>(1.026)</b>
<b>Variação de caixa:</b>		<b>19.080</b>	<b>(1.116)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.525	2.641
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		20.605	1.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **1. Informações gerais**

A REFINADORA CATARINENSE S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos principais a participação acionária em outras empresas e a compra e venda de imóveis.

### **2. Bases de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A moeda funcional da Companhia é o Real, que também é moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas, incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 18 de março de 2025.

A Companhia é a controladora da Usati S.A. Refinadora de Açúcar e PB Construções e Incorporações Ltda (Nota 9). Essas são empresas não operacionais e, portanto, não apresentam ativos ou passivos relevantes, motivo qual a Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis**

Julgamentos, estimativas e premissas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil de propriedades para investimento, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos e passivos, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado de empreendimentos e de instrumentos financeiros e a avaliação da recuperabilidade de ativos não financeiros (impairment). As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir.

Como mencionado na Nota 3.9 a Companhia não tributa os valores relativos a atualização de seus precatórios federais, por entender que a natureza de tais créditos não gera base tributável.

#### **3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, são consideradas equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **3.3. Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas e em investidas nas quais a Companhia mantém participação relevante estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição.

## REFINADORA CATARINENSE S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.4. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, à taxa anual média de 10%, que representa, na avaliação da administração, o prazo de vida útil-econômica dos respectivos ativos.

### 3.5. Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

### 3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### 3.7. Provisões

#### *Provisões para riscos cíveis e trabalhistas*

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é baseada na avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.8. Instrumentos financeiros

#### *Ativos*

São classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os classificados como "Empréstimos

## REFINADORA CATARINENSE S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

e recebíveis” após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

### *Passivos*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

A Companhia não tem contratos de derivativos e não aplica a contabilidade de Hedge.

### **3.9. Impostos**

#### *Imposto de renda e contribuição social – correntes – Lucro real trimestral*

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Parcela substancial das receitas da Companhia são oriundas de atualização de precatórios federais (Nota 7) e, no entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, baseado na sua origem não são tributados.

#### *Tributos diferidos*

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **3.10. Demais ativos, passivos e resultado**

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias correspondentes até a data do balanço.

Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

## **REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3.11 Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024**

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos e suas respectivas atualizações que já foram emitidos. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis.

#### **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda e retroarrendamento (alterações ao CPC 06 – Arrendamentos)**

Em 2022, o IASB alterou a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, incluindo, exigência que um vendedor-arrendatário mensure subsequentemente os passivos de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback), de forma que não reconheça nenhum montante do ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele. O vendedor-arrendatário deve aplicar retrospectivamente esse requisito de acordo com a IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro às transações de venda e retroarrendamento (sale and leaseback) realizadas após a data de aplicação inicial, ou seja, a partir do início do período do relatório anual em que a entidade aplicou pela primeira vez a IFRS 16 (CPC 06 (R2)).

Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Alterações ao IAS 1/CPC 26**

Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

### **3.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos da IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)).
- Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 – Subsidiárias sem obrigação pública: Divulgação, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.
- Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).

**REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Numerários em caixa	1	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>20.604</u>	<u>1.524</u>
	<u>20.605</u>	<u>1.525</u>

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, em média a taxa de remuneração das aplicações contratadas varia entre 101% e 102% do CDI.

**5. Partes relacionadas**

As transações entre partes relacionadas são resultantes de operações de compra e venda e de empréstimos praticados de acordo com as condições julgadas como normais de mercado pela administração da Companhia, sendo que os contratos de mútuos com empresas ligadas são remunerados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Ativo circulante</b>		
Pedra Branca Ltda.	2.529	2.529
Porto da Barra S.A.	178	-
PB Construções e Incorporações Ltda	21	-
Usati S.A. Refinadora de Açúcar	<u>198</u>	<u>136</u>
	<u>2.926</u>	<u>2.665</u>
<b>Ativo não circulante</b>		
Pedra Branca Ltda.	-	826
Cláudio Ávila da Silva	<u>1.614</u>	<u>1.614</u>
	<u>1.614</u>	<u>2.442</u>

As transações entre partes relacionadas de curto prazo são resultantes de adiantamentos para futuro aumento de capital nas empresas investidas da Companhia e um saldo a receber de Pedra Branca Ltda decorrente da venda de ações do investimento Porto da Barra S.A.

No longo prazo estão registrados empréstimos, os contratos de mútuos com empresas ligadas são remunerados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). O saldo remanescente do mútuo com a Pedra Branca Ltda foi integralmente quitado no ano de 2024, encerrando o contrato.

**6. Crédito Prêmio de IPI**

A Companhia impetrou ação questionando seu direito a receber determinados créditos fiscais relacionados ao Imposto de Produção Industrial ("Crédito-prêmio de IPI"). Em 2011 a Companhia teve trânsito em julgado na ação que movia, o que lhe conferiu de forma irretroatável o direito a tais valores apurados até meados da década de 90. Como resultado desta ação a Companhia recebeu precatórios federais por parte da União depositados pelo Governo na Caixa Econômica Federal conforme seus vencimentos. Os valores foram atualizados pelo IPCA-E e recebidos em sua totalidade em 2024, conforme abaixo:

**REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2024	2023
Saldo inicial	287.507	266.121
Atualização monetária – IPCA-E	34.942	21.386
Recebimento crédito de IPI – conta judicial	(312.776)	-
IRRF sobre resgate conta judicial	(9.673)	-
	<u>-</u>	<u>287.507</u>

**7. Propriedade para investimentos**

	2024	2023
Terreno I Fashion Outlet Santa Catarina	3.700	3.700
Ajuste a valor justo de terrenos	9.272	9.272
	<u>12.972</u>	<u>12.972</u>

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 28, referente a exploração da atividade de locação de imóveis próprios para terceiros. As propriedades para investimento foram inicialmente mensuradas pelo custo de aquisição e subsequentemente ao valor justo. O valor justo das propriedades para investimento é determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes.

Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

A Administração entende que não há variação significativa do valor justo reportado em relação ao ano anterior. Desta forma não foi necessário atualizar o montante divulgado.

**8. Investimentos**

	2024	2023
Porto da Barra Empreendimentos Imobiliários	2.473	2.559
Porto da Barra Empreendimentos Imobiliários - ágio	992	992
PB Construções e Incorporações Ltda	280	295
	<u>3.745</u>	<u>3.846</u>

Movimentação dos investimentos:

	2023	Equivalência	Aumento de Capital	2024
Porto da Barra	2.559	(92)	6	2.473
Porto da Barra – ágio	992	-	-	992
PB Construções	295	(28)	13	280
	<u>3.846</u>	<u>(120)</u>	<u>19</u>	<u>3.745</u>

**9. Débitos com terceiros**

Adicionalmente à discussão sobre seus direitos relativos ao Crédito-prêmio de IPI, mencionados na Nota 7, a Companhia mantinha outras discussões judiciais relacionadas a créditos fiscais de IPI nas quais também buscava assegurar o reconhecimento por parte da União de créditos a qual entendia serem devidos.

Através de Mandado de Segurança foram vendidos a terceiros créditos de impostos que ainda estavam em discussão.

## **REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Tais créditos eram oriundos de ações que estavam em fase de recurso e que tinham chances prováveis de êxito, embora ainda não houvesse o trânsito em julgado. A decisão final, no entanto, foi desfavorável à Companhia. Os valores vendidos a terceiros foram recomprados pela Companhia e vem sendo pagos conforme parcelamento acordado entre as partes. Provisão integral sobre os valores dos créditos recomprados foi registrada pela Companhia.

### **10. Patrimônio líquido**

#### **a) Capital social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$2.016 é representado por 241.486 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 226.299 ações ordinárias e 15.187 ações preferenciais.

No dia 12/08/2024 conforme assembleia geral extraordinária houve a deliberação nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., a redução do capital social da Companhia por julgá-lo excessivo em relação às suas atividades, no valor total de R\$20.000, equivalente a uma redução de aproximadamente 90,84% em relação ao atual capital social da Companhia, passando o referido capital social de R\$22.016 para R\$2.016, mediante restituição de capital aos acionistas, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se inalterado o número de ações e o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

#### **b) Reserva legal**

Constituída com base em 5% do lucro antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital social.

#### **c) Reserva de contingências**

Formada em função de riscos relacionados as diversas incertezas relacionadas aos temas tributários nos quais a Companhia é parte.

Conforme assembleia geral ordinária efetuada no dia 26/04/2024, formalizada mediante ata registrada na junta comercial, com aprovação dos acionistas, foi aprovado a proposta de reversão do saldo da reserva de contingência no valor de R\$3.135.

#### **d) Reserva de lucros a realizar**

Uma vez que o lucro líquido auferido pela companhia é substancialmente oriundo de atualização de precatórios, sendo que o caixa somente vem sendo realizado quando do pagamento dos referidos precatórios pela União, os resultados são destinados para a reserva de lucros a realizar, sendo revertida na medida que os precatórios são pagos pela União Federal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária efetuada no dia 21/05/2024, formalizada mediante ata registrada na junta comercial, com aprovação dos acionistas, foi aprovado a proposta de reversão do saldo da reserva de lucros a realizar no valor de R\$127.504.

A constituição da reserva de lucros a realizar será deliberada conforme Assembleia Geral Ordinária convocada para aprovar as contas do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024 o valor das reservas de lucro ultrapassa o valor do capital social. Os acionistas definirão na Assembleia Geral Ordinária convocada para aprovar as contas do exercício sobre o excedente de capital conforme requerido pelo artigo 199 da Lei 6.404/76.

#### **e) Dividendos propostos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos propostos podem ser assim demonstrados:

**REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro do exercício	24.755	18.856
(-) Reserva legal de 5%	-	-
(-) Reversão reserva para contingências	3.135	-
(-) Reversão reserva de lucros a realizar	128.288	-
Base de dividendos	<u>156.178</u>	18.856
Dividendos mínimos obrigatório de 25%	39.044	4.714
Dividendos adicionais	111.595	-
Dividendos totais	<u>150.639</u>	<u>4.714</u>

**f) Dividendos a pagar**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Dividendos a pagar	2.420	114.964
	<u>2.420</u>	<u>114.964</u>

A movimentação dos dividendos pode ser assim apresentada:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>114.964</b>
Constituição de dividendos a pagar	150.639
Pagamento de dividendos	(263.967)
Complemento de dividendos adicionais referente 2023	784
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<u><b>2.420</b></u>

O montante pago em 2024 referente dividendos, é composto por saldos a pagar de anos anteriores, pelo qual foram aprovados em ata no exercício subsequente ao correspondente, conforme aprovação das demonstrações financeiras. Abaixo, demonstramos a composição deliberada por exercício:

Dividendos propostos – ano 2019	24
Dividendos propostos – ano 2020	8
Dividendos propostos – ano 2022	109.090
Dividendos propostos – ano 2023 (i)	5.452
Dividendos propostos – ano 2024 (ii)	149.393
	<u><b>263.967</b></u>

- (i) O valor deliberado referente ao exercício de 2023, conforme ata do dia 26/04/2024 foi de R\$5.498. Houve o complemento de dividendos em 2024 de R\$784 para compor o saldo de R\$4.714.
- (ii) O valor será deliberado conforme AGE a ser realizada para a aprovação da demonstração financeira no ano de 2025.

**11. Resultado por ação**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício	24.755	18.856
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações	241.486	241.486
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária (em reais)</b>	<u><b>102,51</b></u>	<u>78,08</u>

**REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. Receita líquida**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Crédito de IPI	34.942	21.386
Locações – consórcio	1.025	893
	<u>35.967</u>	<u>22.279</u>
<b>Deduções</b>		
PIS sobre receita	(18)	(15)
COFINS sobre receita	(78)	(68)
Descontos	(49)	(31)
	<u>(145)</u>	<u>(114)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u><u>35.822</u></u>	<u><u>22.165</u></u>

**13. Despesas administrativas**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesa de pessoal	325	306
Serviços de terceiros	11.075	2.104
Depreciação e amortização	9	9
Energia, água e telefone	11	11
Viagens e estadias	65	37
Impostos e taxas	827	137
Aluguéis e arrendamentos	99	100
Outras despesas	809	918
Consórcio	43	-
	<u>13.263</u>	<u>3.622</u>

**14. Outras receitas e despesas**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Outras receitas</b>		
Outras receitas	-	3
Consórcio	19	-
	<u>19</u>	<u>3</u>
<b>Outras despesas</b>		
PIS sobre outras receitas	(21)	(4)
COFINS sobre outras receitas	(126)	(30)
Perdas com tributos prescritos	-	(95)
Outras despesas	6	(4)
Processos judiciais	(83)	-
	<u>(224)</u>	<u>(133)</u>
	<u><u>(205)</u></u>	<u><u>(130)</u></u>

**REFINADORA CATARINENSE S.A.**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15. Resultado Financeiro**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros	803	522
Resultado de aplicação financeira	2.134	205
	<u>2.937</u>	<u>727</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(111)	(118)
Despesas bancárias	(8)	(19)
	<u>(119)</u>	<u>(137)</u>
	<u>2.818</u>	<u>590</u>

**16. Tributos sobre o lucro**

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 se encontra disposta abaixo:

	<u>2024</u>
Resultado antes dos tributos	25.052
Alíquota dos tributos	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	<u>(8.518)</u>
<b>Adições e exclusões permanentes:</b>	
Equivalência patrimonial	(41)
Crédito Prêmio IPI	11.880
Compensação prejuízo fiscal	133
Crédito tributário não constituído	(3.764)
Outros	12
Impostos registrados no resultado	<u>(298)</u>
Alíquota efetiva	<u>24%</u>

A Companhia não registra imposto de renda e contribuição social sobre seus prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social por não ter histórico de resultados tributários em anos recentes. Em 2024 houve base positiva referente ao recebimento do crédito de IPI no segundo semestre. A apuração da Companhia é lucro real trimestral, e desta forma, o lucro contábil apresentado demonstra a base para o IRPJ e CSLL gerados, onde o IRPJ a compensar e a CSLL a pagar.

O IRPJ será constituído na base de créditos fiscais da Companhia e a CSLL será compensada com os créditos fiscais existentes.